ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS - ASPECTOS DISCURSIVOS

Sírio Possenti

O jornal Folha de S. Paulo de 3 de agosto de 1990, na página 8 do caderno A, sob o titulo PALANQUE, abaixo da fotografia de Luís Inácio Lula da Silva, publica uma citação e um comentário. A citação é parte da fala de Lula no programa eleitoral do candidato de seu partido ao governo do Estado de São Paulo, fala levada ao ar na véspera. O comentário é anônimo, e talvez possa ser atribuído a Nelson de Sá, que assina a reportagem na qual PALANQUE é uma espécie de box.

A citação é: "É importante que a gente saiba que as eleições é muito importante, porque as eleições pode fazer com que a gente possa escolher pessoas que tenham compromisso com a maioria do povo brasileiro". O comentário é: "Lula caprichou na sua volta à TV. Livre da obrigação de ser eleito, sentiu-se livre também de respeitar a língua portuguesa. Inaugurou - com todo o conhecido estilo - a temporada de atentados à regência verbal".

O que a Folha fez ainda neste mês os jornais fizeram quase diariamente no ano passado, durante a campanha presidencial. Além de discutirem os discursos dos candidatos, ora com maior e ora com menor profundidade, estocavam às vezes a própria forma, a gramática dos candidatos. E surpreenderam neles, eventualmente, alguns dos chamados erros de português. Coisas de pouca importância, como observações quase amadoras sobre as relativas não padrões no candidato ruralista Caiado, que nelas denunciava sua identidade rural. (...) Se a imprensa noticiou erros de todos os candidatos, e se divertiu com isso, foi em relação ao candidato Lula que ela ficou atenta, e a expressão "menas maracutaia" foi repetida com alta frequência, como se fosse a característica mais relevante de seu discurso.

Mas, vejamos um pouco mais de perto o que falou Lula, neste mês: um mestre-escola perceberia em seu texto duas construções não padrões: "as eleições é..." e "as eleições pode...". Lembro-me que estava ouvindo o programa e percebi a primeira destas formas - não tenho certeza de ter ouvido a segunda - e imaginei que não o perdoariam por tê-la usado. O comentarista do jornal destaca estas formas, que denunciam, claramente, a origem do referido político: ele é um operário que não frequentou a escola por muito tempo, e a emergência destas construções denuncia claramente pessoas pouco escolarizadas. Qualquer investigação sobre o português falado no Brasil mostrará com clareza que a ausência de marca de concordância verbal é uma das características mais evidentes da fala não culta. Esta falta de instrução é grave num candidato, ou num político, de maneira geral? Depende muito do que se espera de um político.

Vejamos mais de perto, porém, a fala de Lula: observe-se a ocorrência de"... com que a gente possa", "... pessoas que tenham...". Quer dizer, Lula ora usa um e ora usa outro tipo de concordância (usa até mesmo um subjuntivo, forma em desaparecimento na fala de muitas regiões - a denunciar talvez uma tendência da nossa língua - e evidente marca de formalidade). Quem consultar algum manual de sociolinguística verá que Lula se comporta como qualquer dos falantes investigados em vários países: quando há uma regra variável, ele a aplica variavelmente. O que esta fala denuncia de Lula é sua identidade social. Assim como se reconhece na fala de Jânio seu arcaísmo, assim se reconhece na fala de Lula sua origem social. Mas se ela denuncia apenas sua origem social, os comentários que frequentemente estas formas de falar desencadeiam seja nos jornais, seja nas escolas, seja no dia-a-dia, é um comentário que vai além da caracterização social e que pode ser resumido assim: "não sabe nem falar", fórmula em que o "nem" indica que esta é uma espécie de condição mental mínima, que por detrás desta deficiência estão outras mais graves - não sabe pensar, não distingue uma fatura de uma promissória, por isso, não saberá governar.

Agora, vejamos o comentário do jornalista: revela total desconhecimento de critérios pelos quais poderia entender o que está acontecendo na fala de Lula, e, além disso, comete um erro no comentário, erro pelo critério que ele supostamente conhece e que considera implicitamente que qualquer pessoa "competente" deveria conhecer: diz que Lula "inaugurou... a temporada de atentados à regência verbal". Nenhum jornalista, que estuda um número razoável de anos na escola, bem mais do que Lula, tendo numerosas pessoas e livros para consultar na redação, e tendo o tempo que a escrita permite, ao contrário do improviso da oralidade, poderia cometer o engano que este comete: confundir regência com concordância. Na fala de Lula, seu estilo denota sua origem; na escrita do jornalista, seu erro denota, agora sim, a incompetência. Certamente

num ponto irrelevante, tão irrelevante que ele pode ser jornalista, talvez excelente, sem conhecê-lo, mas trata-se de ignorância. Tanto mais grave porque foi uma tentativa de utilizar um conhecimento que é distribuído segundo as classes como arma contra o que o jornalista pretendeu que fosse a prova cabal da ignorância de Lula. Mas o erro maior foi o jornalista escrever que Lula se sentiu livre de respeitar a língua portuguesa - uma forma de dizer que ele não fala língua nenhuma - se fala errado não fala português, se não fala português não fala língua nenhuma, então não fala - não sabe nem falar-o que é bem mais grave do que dizer-se de alguém que fala uma variedade inculta. Análise linguística feita com gramáticas de um certo tipo equivale a fazer jornalismo com release. (...)

Para evitar uma crítica mais ou menos óbvia, a de que só digo isso por simpatia por um candidato, vou desmentir agora mesmo esta eventual afirmação. Minha reação foi do mesmo tipo no dia seguinte ao da escolha da senhora Margarida Procópio para o Ministério da Ação Social, quando um analista político escreveu:

Responda rápido: O que é o que é? Tem Maia no nome, mas não é José Agripino. Tem nome de flor, mas é mulher. Você quer mais uma pista? Vá lá: quando abre a boca não consegue pronunciar corretamente as palavras terminadas em "to". Acertou quem respondeu Margarida Maria Maia Procópio, a Ministra de Ação Social do governo Collor. "Este realmente é um problema muitcho sério", disse Margarida, quando lhe perguntaram sobre a questão do menor abandonado".

Os problemas que a ministra apresenta, segundo este texto, são, em ordem crescente de gravidade, não ser José Agripino (por que esperava que ele fosse o Ministro), ser mulher (a estrutura "tem nome de flor, mas é mulher" não engana), e, finalmente, não conseguir pronunciar corretamente o "to" final - além do que as pesquisas mostram que preconceitos linguísticos são ainda mais fortes quando os "defeitos" se encontram em mulheres, que deveriam ser mais "corretas". Diga-se, de passagem, que uma das características de dialetos nordestinos, em algumas regiões, é a ocorrência de uma alternância entre [t] e [tch], não em final de palavra, como diz o articulista, mau fonologista, mas depois de semivogal, em palavras como "muito", "doido", "feito" etc, repetindo um caminho já percorrido pelo espanhol, do que resultaram, por exemplo, "noche" e "ocho". Mas tal pronúncia não se dá, por exemplo, em palavras como "morto" e "lento", apesar do"to"final. É de novo o falso sabido, manifestando seu preconceito, por um lado, e sua ignorância, por outro. Preconceito que é consequência da ignorância, porque, soubesse ele que se trata de fenômeno de pronúncia motivado e disseminado, por um lado, e claramente localizável num contexto linguístico definível e por ele explicável, por outro, talvez deixasse de tomá-lo por marca de inferioridade (pessoal ou de grupos).

Não há trabalho mais complicado do que o dos linguistas

Sírio Possenti

Sinceramente, acho que não há trabalho mais complicado do que o dos linguistas. Não necessariamente no que se refere a produzir suas análises, mas no quesito contar para os outros. Não estou me queixando. Só queria entender qual é mesmo o problema.

De todos os tipos de estudiosos (cientistas?), acho que os linguistas são os que têm mais dificuldade para ser entendidos. Mais que os físicos, suponho. Pode ser que a culpa seja deles: não saberiam explicar o que fazem, qual é sua maneira de ver e analisar uma língua ou as línguas. Mas também pode ser que não consigam ser entendidos porque ninguém admite que digam coisa diferente das que já se sabem, ou que seu discurso não seja sobre certo / errado. Por isso, acho, as perguntas feitas aos linguistas são perguntas erradas.

Dou dois exemplos: um deles caracteriza o que os linguistas fazem; outro mostra que as perguntas são erradas.

Revi - um amigo mandou o link - matéria do Jornal Nacional sobre recente exposição do Museu da Língua Portuguesa. Salvo engano, são doze banners mostrando "erros": lá estão coisas como "vende-se flores" e "menas" alguma coisa.

Os apresentadores do jornal começam dizendo que se trata de uma exposição sobre os principais erros que os brasileiros cometem. Errado. Mas a exposição não é sobre erros. É sobre o certo no errado e o errado no certo, um joguinho um pouco sutil (não muito bom, aliás), que se destina a dizer coisa diferente das que se dizem sempre e que os redatores da notícia repetem.

Logo os apresentadores do JN abrem espaço para um repórter. É um veterano dos bons (Ernesto Paglia), pelo menos quando cobre ecologia, futebol, política internacional, petróleo, extinção das águias, descobertas do Hubble, depilação, pesquisas na Antártida, pré-sal, comidas de coreanos etc. Pelo menos é o que parece (mas pode ser que pareça porque desses temas não entendo nada).

Sua fala começa assim: "Certo, errado ou mais ou menas?". Pronto, estragou tudo. Como assim?, perguntarão. Simplesmente porque ninguém diz "mais ou menas", porque "mais ou menas" é um bicho que não existe. Para inventar a forma, parece ter buscado inspiração naquela ridícula vinheta do Observatório da Imprensa, Português de Menas.

Qualquer linguista, aprendiz ou veterano (na verdade, qualquer estudioso de qualquer coisa) sabe que não se pode inventar uma forma, assim como não se pode inventar um bicho, um tatu que voa, por exemplo, ou um avião que faça sexo. Qualquer um sabe que a análise deve incidir sobre dados reais. No caso, sobre construções que se ouvem, que são ditas regularmente por grupos humanos. Segundo a velha lição de Saussure, qualquer fato é matéria para a linguística: fala de criança, de gente culta ou inculta, da cidade ou do campo, do tempo antigo ou dos modernos. Mas devem ser fatos.

Ora, "mais ou menas" não é um fato. Portanto, a pergunta sobre se as coisas estão "mais ou menas" não faz sentido. O que faz sentido é constatar e depois perguntar por que será que há quem diga "menas gente, menas maracutaia, menas comida, menas pessoas". A observação minimamente adequada dos fatos mostrará que "menas" só ocorre antes de palavras femininas. Aparentemente sem levar em conta se estão no singular ou no plural (não se assuste: o adjetivo "simples" tem a mesma forma para singular e plural, masculino e feminino). Mas ninguém diz "menas dinheiro, menas fumo, menas carro", nem "eu estou mais ou menas". Nem mesmo "mais ou menas bem", porque "bem" é um advérbio, e, como tal, não provoca concordância.

Pode-se ouvir "mais ou menas gente" (não sei se aqui tem mais ou menas gente do que tinha no Mineirão), porque "menas", nesta construção, concorda com "gente". Em casos como "menas gente", "menos" está deixando de funcionar como advérbio (seria invariável) para funcionar como adjetivo: quanto menos dinheiro, menas comida / menas férias.

Sinceramente, não consigo atinar com as razões que impedem uma pessoa inteligente de compreender um fato tão banal, porque ele equivale a constatar que peixes vivem na água, que pássaros botam ovos, que carro precisa de combustível, que não se abastece com gasolina um camelo, que celular sem bateria não funciona, que o oxigênio diminui conforme aumenta a altitude.

Pode-se gostar ou não da construção. Pode-se achar que, se ela se espalhar, será o fim da civilização (o que se pensou também da saia curta). Pode-se também achar que é uma forma simpática, interessante (pra que ser sempre advérbio?) e que, no fundo, a novidade não afeta o rumo da história. Só não se pode cometer o erro banal de inventar o dado, de não ser capaz de observar duas ou três construções e fazer uma generalização elementar.

Mas a coisa continua, naquela matéria: em seguida, bem instruído (sim, ele se preparou), o repórter afirma que não se está dizendo "que a língua está solta por aí. Regras e normas precisam ser seguidas". Ora, esta afirmação embute outro problema, outra incompreensão: não é verdade que as regras e normas precisam ser seguidas. O que se constata é que elas são seguidas, que os falantes seguem regras quando falam. Se não as seguissem, falariam de forma diferente a cada vez que falam. Pode ser que não sigam certas regras, as que todos achamos que são as únicas. Mas isso apenas significa que seguem outras.

Se alguém diz "o menino que eu falei" (este foi o tema da coluna da semana passada), está seguindo uma regra, que consiste em "eliminar" a preposição (com / de) diante do pronome relativo "que", na oração adjetiva. Mas só nesse contexto. Quem diz "o menino que eu falei" não diz "eu falei ele". Diz "falei dele / com ele". Ou seja, não elimina a preposição na oração principal ou no período simples. Só a elimina na subordinada adjetiva.

Ainda tem mais: depois, o repórter pergunta ao linguista se aceitar esses erros não é perigoso. Mas o linguista tinha acabado de dizer que não se trata de erros!! Que as diversas formas da língua OCORREM (sempre foi assim, como qualquer um pode perceber) em circunstâncias diversas.

Mas suponhamos que sejam erros: poderiam ser "parados"? Parar a mudança de uma língua é como parar outras mudanças sociais. Seria como parar o uso do tuíter ou do celular ou da camisinha. E quem faria isso? A Rede Globo? Ora, a única intervenção clara da Rede Globo na língua portuguesa falada no Brasil é a idiotice da expressão "perigo de morte".

O que me consola (ou desconsola de vez) é que, sempre que tive ocasião de dizer a algum físico que invejava sua sorte, porque as notícias sobre o que eles fazem são fiéis, ouvi invariavelmente a mesma resposta sardônica: "você acha isso porque não sabe física".

***

Um exemplo de cúmulo: um desses sites "tira-dúvidas" que se encontram no Google diz simplesmente o seguinte: "Menas ou menos? Menos é um advérbio, portanto, é invariável. Sempre se escreve menos, no masculino, e no plural" (Sic, sic, sic! Acredite se quiser!).

Mas o cara não tinha dito que "menos" é invariável? Se é invariável, como pode ser masculino e plural?

Texto publicado no *Portal Terra*, no dia 10 de junho de 2010.

Sírio Possenti é professor associado do Departamento de Linguística da Unicamp e autor de Por que (não) ensinar gramática na escola, Os humores da língua, Os limites do discurso, Questões para analistas de discurso e Língua na Mídia.